

**ALBA**

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL



Baseada na plataforma OJS. Licença Creative Commons BY 4.0
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª ed, Vol. 1, No. 12, setembro, 2026, Plataforma OJS
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

DESCOLONIZAR A GESTÃO, DEMOCRATIZAR O CHÃO: DIREITOS HUMANOS E A NOVA PRÁXIS EDUCATIVA

Decolonizing Management, Democratizing the Ground: Human Rights and the New Educational Praxis

Descolonizar la Gestión, Democratizar el Suelo: Derechos Humanos y la Nueva Praxis Educativa

Lidiane Miranda¹ | Fabrício da Silva²

¹ Instituto Federal do Paraná, Brasil.

² Instituto Federal do Paraná, Brasil.

Autor para correspondência: lidiane.miranda@ifpr.edu.br

Data de recepção: 09-05-2026

Data de aceitação: 15-06-2026

Data da publicação: 02-09-2026

Como citar este artigo: Miranda, L., & da Silva, F. (2026). *Descolonizar a gestão, democratizar o chão: direitos humanos e a nova práxis educativa*. VIII Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia – Universidade de Santiago – Cabo Verde. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(12), pp. 387-397. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>

RESUMO

O presente artigo analisa a função social da escola pública brasileira sob a ótica da gestão democrática e do enfrentamento às violências estruturais. A partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória fundamentada na pedagogia crítica e na teoria social, discute-se a necessidade de descolonizar a gestão escolar para democratizar o cotidiano educativo, o "chão da escola". Utiliza-se a lente da interseccionalidade para compreender como as matrizes de dominação (racismo, machismo, capacitismo e LGBTfobia) se cruzam na produção de exclusões. Os resultados indicam que a adoção de metodologias ativas e a valorização das trajetórias individuais dos estudantes são estratégias fundamentais para fortalecer a autonomia, combater a evasão e

promover o pertencimento. Conclui-se que a inovação curricular e a práxis pedagógica comprometida com os Direitos Humanos são instrumentos essenciais de resistência às ofensivas ideológicas e à precarização do ensino.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Interseccionalidade; Metodologias Ativas; Direitos Humanos; Violência Escolar.

ABSTRACT

This article analyzes the social function of the Brazilian public school from the perspective of democratic management and the confrontation of structural violence. Based on bibliographic and exploratory research grounded in critical pedagogy and social theory, it discusses the need to decolonize school management to democratize

educational daily life, the "school ground." The lens of intersectionality is used to understand how matrices of domination (racism, sexism, ableism, and LGBTphobia) intersect in the production of exclusion. The results indicate that adopting active methodologies and valuing students' individual trajectories are fundamental strategies for strengthening autonomy, reducing dropout rates, and promoting belonging. It concludes that curricular innovation and pedagogical praxis committed to Human Rights are essential instruments of resistance against ideological offensives and the precariousness of education.

Keywords: Democratic Management; Intersectionality; Active Methodologies; Human Rights; School Violence.

RESUMEN

El presente artículo analiza la función social de la escuela pública brasileña desde la óptica de la gestión democrática y del enfrentamiento a las violencias estructurales. A partir de una investigación bibliográfica y exploratoria fundamentada en la pedagogía crítica y la teoría social, se discute la necesidad de descolonizar la gestión escolar para democratizar el cotidiano educativo, el "suelo de la escuela". Se utiliza la lente de la interseccionalidad para comprender cómo las matrices de dominación (racismo, machismo, capacitismo y LGBTfobia) se entrecruzan en la producción de exclusiones. Los resultados indican que la adopción de metodologías activas y la valoración de las trayectorias individuales de los estudiantes son estrategias fundamentales para fortalecer la autonomía, combatir la deserción y promover la pertenencia. Se concluye que la innovación curricular y la praxis pedagógica comprometida con los Derechos Humanos son instrumentos esenciales de resistencia frente a las ofensivas ideológicas y la precarización de la enseñanza.

Palabras clave: Gestión Democrática; Interseccionalidad; Metodologías Activas; Derechos Humanos; Violencia Escolar.

Contribuição de autoria:

Lidiane Miranda - Concepção da ideia, pesquisa e revisão de literatura, redação do original (primeira versão).

Fabrizio da Silva - aconselhamento geral sobre o tema abordado, revisão e versão final do artigo, correção do artigo, revisão da aplicação do padrão bibliográfico.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea brasileira encontra-se em um cenário de profundas tensões, em que o direito fundamental à aprendizagem e à dignidade humana é constantemente desafiado por lógicas de controle e de violência. Compreender a escola não apenas como um aparato burocrático, mas como um "território de reexistência" (Arroyo, 2023) exige uma ruptura com os modelos de gestão herdados de uma racionalidade técnica e empresarial. No Brasil, o espaço escolar reflete as complexas clivagens sociais, nas quais a diversidade de corpos e vivências nem sempre encontra um solo justo para florescer. As relações de opressão estruturais que permeiam a sociedade reproduzem-se nos corredores, recreios e salas de aula, exigindo uma mudança estrutural na forma como a escola se vê e age (Oliveira; Moura; Aquino, 2025), a necessidade de descolonizar a gestão escolar apresenta-se, portanto, como um imperativo ético para que se possa, efetivamente, democratizar o "chão" da escola, transformando-o em um espaço de afirmação de direitos e resistência às opressões estruturais.

Neste contexto, a interseccionalidade emerge como categoria analítica essencial para compreender como identidades sociais (raça, gênero, classe, orientação sexual, idade, religião e deficiência) se cruzam e interagem, gerando



ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL



Baseada na plataforma OJS. Licença Creative Commons BY 4.0
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª ed, Vol. 1, No. 12, setembro, 2026, Plataforma OJS
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>
albasfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

experiências singulares de opressão e privilégio. Como destaca Kimberlé Crenshaw (2022), não existe um eixo único de dominação que explique todas as vivências de exclusão; a opressão é, conforme salienta Patricia Hill Collins (2019), uma matriz interligada de dominação. Portanto, o racismo, o machismo, o capacitismo e a LGBTfobia não operam de forma isolada, mas estão "escondidos" nas regras não ditas, nas expectativas docentes e na própria organização curricular que, muitas vezes, invisibiliza a história e a existência de grupos marginalizados.

Historicamente, a democratização da educação foi balizada por conquistas que definem o ensino como um direito à igualdade e à diferença (Coutinho, 1979; Cury, 2002). Contudo, o avanço de uma "pós-democracia gestonária" (Lima, 2014) e a atuação de "reformadores empresariais" (Freitas, 2014) tendem a reduzir a educação à eficiência produtiva, ignorando barreiras como a desigualdade de classe e a falta de acessibilidade. Enfrentar essas violências exige mais do que punição; demanda uma gestão que descolonize suas práticas e democratize seu "chão", oferecendo ferramentas para que cada sujeito possa ler o mundo e questionar as injustiças, fortalecendo, assim, a própria democracia (Hooks, 2022; Mendonça, 2013).

Matrizes de Opressão e o Cotidiano Escolar

A compreensão da violência no ambiente educativo exige uma análise multidimensional que ultrapasse a superfície dos conflitos interpessoais. Como postulam

Aquino et al. (2025), a violência manifesta-se em três eixos distintos, porém interdependentes: a violência contra a escola, a violência na escola e a violência da escola. Esta tríade revela que a instituição não é apenas um local onde ocorrem agressões, mas um campo de batalha ideológico em que a educação deixou de ser vista apenas como um serviço público para tornar-se uma arena de uma "guerra cultural". A violência contra a escola materializa-se em ataques externos de grupos que, sob o pretexto de neutralidade, buscam intimidar docentes e censurar o debate sobre relações raciais e de gênero, utilizando o ambiente digital para disseminar desinformação e ódio, ferindo a autonomia pedagógica (Freitas, 2014; Apple, 1989).

A violência na escola é a que ocorre dentro de seus muros, entre as pessoas que ali convivem. O famoso bullying é um exemplo clássico: quando um aluno é alvo de piadas, apelidos, ou até agressões físicas ou verbais de outros colegas. Isso pode acontecer por causa da aparência, da cor da pele, da forma de falar, da condição social ou de qualquer outra diferença. Mas a violência na escola vai além do bullying. Pode ser a briga entre alunos, o desrespeito de um estudante por um professor, ou até mesmo o assédio moral de um funcionário a outro. Às vezes, essa violência é física; outras vezes, é "invisível", como a exclusão de um colega do grupo, a fofoca maldosa ou a disseminação de rumores. Essa violência prejudica o ambiente de aprendizado, causa medo e faz com que muitas pessoas se sintam inseguras e não queiram ir à escola.

No interior dos muros escolares, a violência escolar, frequentemente reduzida ao

conceito de bullying, deve ser relida sob a ótica da "matriz interligada de dominação" de Patricia Hill Collins (2019). O racismo institucional, por exemplo, não se limita a ofensas verbais entre pares; manifesta-se de forma "escondida" em expectativas docentes rebaixadas para alunos negros ou em currículos que silenciam a história e a cultura afro-brasileira, configurando o que Silva (1999) denomina o poder do currículo na produção de identidades e exclusões. Da mesma forma, o machismo alimenta a desmotivação de meninas em áreas de ciência e tecnologia, enquanto a LGBTfobia e o capacitismo criam "bolhas" de isolamento. No caso do capacitismo, a deficiência é erroneamente tratada como um "problema do aluno", desonerando a escola de sua responsabilidade estrutural de adaptação e acolhimento (Brasil, 2012).

A violência da escola é a mais difícil de enxergar, mas é muito importante. Ela acontece quando a própria escola, mesmo sem querer, reproduz preconceitos e injustiças da sociedade. Por exemplo, quando o currículo (o que é ensinado) só fala da história e da cultura de um grupo específico, ignorando a riqueza de outros povos e culturas, isso é uma violência da escola. Ela "apaga" a existência de muitos alunos. Outro exemplo é quando a escola não está preparada para receber um aluno com deficiência, sem rampas, materiais acessíveis ou professores treinados. Isso exclui o aluno e mostra que a escola não está pensando em todos. Também pode ser a forma como a escola lida com os problemas: se ela só pune, sem entender as causas do comportamento dos alunos, ou se ignora casos de preconceito. A violência da escola ocorre quando suas regras, atitudes, materiais ou seu modo de funcionar acabam por reforçar desigualdades, fazendo com que

alguns alunos se sintam menos importantes ou menos capazes, por sua cor, por sua condição social, por seu gênero ou por qualquer outra característica.

A violência da escola é a mais insidiosa, pois ocorre quando as regras e a organização do trabalho pedagógico reproduzem desigualdades estruturais. A precarização da infraestrutura e dos vínculos trabalhistas constitui uma violência estrutural que enfraquece o sistema, tornando a escola um local de tensão e medo, em vez de diálogo. Como afirma Arroyo (2019), as "vidas ameaçadas" que habitam a escola exigem respostas éticas que passem pela descolonização da gestão. Para combater esse sistema complexo, não basta punir o agressor individual; é imperativo um esforço coletivo que questione as normas não ditas e as omissões institucionais, transformando a escola em um espaço em que a diversidade não seja apenas tolerada, mas constitutiva da práxis democrática (Hooks, 2022; Paro, 2016).

A precarização da infraestrutura e dos vínculos trabalhistas na educação cria um ambiente escolar propício à violência de diversas formas. A escola, que deveria ser um espaço de acolhimento e liberdade, torna-se um local de tensão, onde a troca de ideias é sufocada pelo medo e pela imposição de uma única visão de mundo. A violência na educação é um sistema complexo que precisa ser compreendido em suas múltiplas camadas, desde a precarização material até a instrumentalização ideológica, para ser defendido e reconstruído numa escola. A desvalorização dos profissionais da educação é, em si, uma forma de violência estrutural que enfraquece todo o sistema. É como tentar construir uma casa sólida com materiais ruins e ferramentas quebradas. A escola, que

estratégias de ensino não devem ser mecânicas, mas imbuídas de intencionalidade, utilizando a pesquisa e o trabalho coletivo para que o estudante ressignifique suas descobertas em contextos reais de prática social.

A integração de aulas de pesquisa e comunicação permite que o saber seja construído de forma colaborativa, motivando os alunos ao lhes conferir responsabilidade na planificação das atividades escolares (Ferraz; Belhot, 2010). Ao "ensinar de formas diferentes para pessoas diferentes", a escola reconhece a pluralidade de ritmos e o protagonismo discente, utilizando a tecnologia e a diversificação de recursos para que o professor atue como tutor e mediador, e não apenas como expositor (Barseghian, 2011). Enfrentar a evasão e o sentimento de não pertencimento exige, portanto, que a gestão e o corpo docente integrem conhecimentos relevantes para a vida do estudante, combatendo o capacitismo e a exclusão de classe por meio de uma rede de segurança coletiva, na qual todos se sintam seguros, valorizados e representados em sua identidade.

Diante deste panorama, este artigo propõe uma reflexão sobre a práxis pedagógica como ferramenta de enfrentamento à exclusão. Através das lentes da interseccionalidade (Collins, 2022) e da pedagogia da esperança (Hooks, 2022), busca-se analisar como a autonomia de estudantes e educadores pode ser fortalecida por meio de metodologias que incentivem o pensamento crítico e a participação ativa (Berbel, 2011; Dewey, 1979). O objetivo central é discutir caminhos para uma inovação curricular que não se limite à tecnologia, mas que promova a densidade democrática e a proteção das vidas ameaçadas

no cotidiano educativo (Arroyo, 2019; Salgado; Moraes, 2025). Espera-se que esta análise contribua para fundamentar políticas públicas e práticas de gestão que reconheçam a escola como um espaço de direito, pluralidade e transformação social.

Educação, Poder e Democracia

A construção de uma escola democrática exige, antes de tudo, a compreensão das relações de poder que a atravessam. Michael Apple (1989), em sua obra *Educação e Poder*, alerta que a escola não é uma instituição neutra; ela atua como um mecanismo de distribuição de capital cultural que pode tanto reproduzir as desigualdades sociais quanto servir de espaço para a contestação. Quando a gestão escolar se submete à lógica dos "reformadores empresariais" (Freitas, 2014), o controle sobre o processo pedagógico é deslocado da comunidade educativa para métricas externas de produtividade, o que Apple define como uma forma de desqualificação do trabalho docente e de esvaziamento da autonomia do educando.

A Gestão Democrática como Valor Universal

Para contrabalançar essa tendência gestionária, é preciso retomar a democracia não apenas como um procedimento administrativo, mas também como um valor universal (Coutinho, 1979). Vitor Paro (2016) argumenta que a gestão democrática da escola pública é uma condição *sine qua non* para a realização do ato educativo. Segundo o autor, a educação é um processo de apropriação da cultura e da ciência, e isso só ocorre plenamente se houver a participação consciente dos sujeitos. Quando a gestão é autoritária ou meramente burocrática, impede



ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL



Baseada na plataforma OJS. Licença Creative Commons BY 4.0
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª ed, Vol. 1, No. 12, setembro, 2026, Plataforma OJS
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos capazes de atuar sobre a realidade.

Licínio Lima (2014) complementa essa visão ao distinguir a gestão democrática da "pós-democracia gestonária". Enquanto a primeira busca o autogoverno e a participação coletiva, a segunda mascara o autoritarismo com uma linguagem de eficiência e modernização. A "nova práxis educativa" proposta neste artigo exige que a escola recupere sua dimensão de organização democrática, em que o "chão da escola" seja o lugar de deliberação sobre o currículo, as normas de convivência e o enfrentamento às violências (Lima, 2014; Moraes, 2023).

Direitos Humanos e o Direito à Diferença

No campo jurídico e ético, Norberto Bobbio (2004) ensina que a "era dos direitos" exige a proteção não apenas da liberdade, mas também da dignidade de todos os indivíduos. Na escola, isso se traduz no "direito à igualdade e no direito à diferença" (Cury, 2002). Uma educação baseada nos Direitos Humanos, conforme as Diretrizes Nacionais (Brasil, 2012), deve ser o eixo transversal que orienta todas as práticas pedagógicas. Saviani (2008) reforça que a escola democrática é aquela que garante o acesso ao conhecimento universal, de modo que este se torne um instrumento de luta para os oprimidos.

Portanto, descolonizar a gestão implica reconhecer as "vidas reexistentes" (Arroyo, 2023) que habitam a sala de aula. É necessário que o currículo deixe de ser um instrumento de apagamento cultural e passe a ser um "documento de identidade" (Silva, 1999) que celebre a diversidade e confronte as matrizes de opressão mencionadas

anteriormente. A interseccionalidade, aqui, não é apenas um conceito teórico, mas uma ferramenta prática de gestão para garantir que o aluno negro, a aluna trans, o estudante com deficiência e o jovem periférico não sejam apenas "incluídos" estatisticamente, mas que ocupem a escola com plenitude de direitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e exploratório, fundamentada no método dialético-crítico. A escolha desta abordagem justifica-se pela necessidade de compreender as contradições presentes no cotidiano escolar, em que a função social da educação se choca com estruturas de opressão e lógicas de mercado. O objetivo é analisar como a práxis pedagógica e a gestão democrática podem atuar como instrumentos de resistência e de transformação social (Saviani, 2008).

A fundamentação teórica foi estruturada a partir de um levantamento bibliográfico que abrange clássicos da pedagogia crítica, como Paulo Freire e Michael Apple, e produções contemporâneas, com destaque para as discussões do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (UFF, 2025). A seleção das fontes priorizou obras que discutem a interseccionalidade, a gestão escolar e o enfrentamento às violências, permitindo uma análise interdisciplinar entre os campos da Educação, da Sociologia e dos Direitos Humanos (Collins, 2022; Arroyo, 2023).

A análise dos dados bibliográficos seguiu três etapas principais: a identificação das matrizes de opressão no contexto escolar

(racismo, machismo, capacitismo e LGBTfobia); a revisão das diretrizes normativas de educação em direitos humanos no Brasil; e a proposição de soluções empíricas baseadas em metodologias ativas. Ao longo desse percurso, buscou-se correlacionar a "teoria versus prática" (Torre, 2008), evidenciando que a inovação curricular e a democratização do "chão da escola" são processos indissociáveis.

Dessa forma, o trabalho não se limita à revisão da literatura, mas configura-se como um ensaio teórico que visa a fundamentar políticas públicas eficazes e práticas de gestão sustentável. A análise foca na reestruturação da escola como território de reexistência, onde a autonomia e o pensamento crítico de estudantes e educadores são colocados no centro do processo educativo, em conformidade com as exigências éticas da docência contemporânea (Arroyo, 2019; Salgado; Moraes, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise da práxis: estratégias de enfrentamento e inovação

A transformação da escola em um espaço democrático exige que a teoria se materialize em práticas cotidianas de resistência e acolhimento. A análise dos desafios expostos (racismo, machismo, capacitismo e LGBTfobia) revela que a solução não reside em ações isoladas, mas em uma reestruturação da cultura escolar fundamentada na participação e na visibilidade.

Interseccionalidade na Prática: O Currículo como Escudo

A implementação da interseccionalidade no "chão da escola" ocorre quando a gestão e o corpo docente

revisitam o Projeto Político-Pedagógico (PPP) para garantir que as identidades marginalizadas não sejam apenas "temas transversais" eventuais, mas sim bases constituintes do saber. Como sugere Collins (2019), enfrentar a "matriz de dominação" exige que a escola ofereça ao aluno ferramentas para ler o mundo. Na prática, isso significa: substituir currículos eurocêtricos por conteúdos que valorizem intelectuais negros, cientistas mulheres e a história dos povos originários, combatendo a "violência da escola" que apaga existências (Silva, 1999). Superar a lógica meramente punitiva da disciplina escolar por meio de assembleias de classe e círculos restaurativos, em que a fala do aluno LGBTQIA+ e do aluno periférico seja legitimada, combatendo o silenciamento e o bullying (Moraes; Salgado, 2025).

Metodologias Ativas como Ferramentas de Inclusão e Retenção

As metodologias ativas, quando aplicadas com intencionalidade democrática, funcionam como um antídoto à evasão e ao desinteresse decorrentes da falta de pertencimento. Ao utilizar a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) ou a Problemática (Mitre et al., 2008), a escola conecta o conhecimento científico à realidade social do estudante. Em vez de exigir que o aluno com deficiência se adapte a uma aula expositiva tradicional, a gestão promove o uso de tecnologias assistivas e metodologias de design universal para a aprendizagem, nas quais o professor atua como mediador de diferentes formas de aprender (Barseghian, 2011). Por meio de projetos de pesquisa coletiva que integrem arranjos produtivos locais e temas de gênero, a escola desconstrói estereótipos de que certas áreas do



ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL



Baseada na plataforma OJS. Licença Creative Commons BY 4.0
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª ed, Vol. 1, No. 12, setembro, 2026, Plataforma OJS
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>
albasfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

conhecimento "não são para determinados grupos". A autonomia incentivada por Berbel (2011) permite que o estudante se perceba capaz de resolver problemas reais, elevando sua autoestima e o vínculo com a instituição.

A Rede de Segurança Coletiva contra Ataques Externos

Para enfrentar a "violência contra a escola" e a guerra cultural, a gestão deve fortalecer os vínculos com a comunidade e os órgãos de defesa de direitos. Ser uma "educadora defensora de direitos humanos" (IFRJ, 2021) implica criar conselhos escolares deliberativos e fortes, nos quais pais, alunos e funcionários construam uma barreira contra a censura e a desinformação. A solidariedade entre pares e a transparência pedagógica são as melhores defesas para manter a escola como um espaço de liberdade para aprender e ensinar, resistindo às pressões que tentam instrumentalizar a educação para fins ideológicos particulares.

Os resultados desta investigação apontam que o enfrentamento às violências no ambiente escolar exige o reconhecimento da "matriz interligada de dominação" que estrutura o cotidiano educativo (Collins, 2019). A discussão revela que a escola, ao ignorar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, acaba por reproduzir a violência institucional (violência da escola), transformando a diversidade em uma barreira. Observou-se que situações de racismo, machismo e capacitismo não são eventos isolados, mas sim sintomas de um currículo e de uma gestão que ainda operam sob lógicas de exclusão e silenciamento (Oliveira; Moura; Aquino, 2025).

A análise indica que o modelo de "excelência", pautado apenas em métricas de desempenho e na retenção de conteúdo técnico, é insuficiente para conter a evasão e promover a democratização efetiva. A discussão destaca que a verdadeira excelência deve ser medida pela capacidade da escola de promover a autonomia e o sentimento de pertencimento (Lima, 2014). Quando a gestão adota metodologias ativas (como a problematização e a pesquisa), o aluno deixa de ser um "recipiente a ser preenchido" para tornar-se protagonista de sua própria aprendizagem, o que fortalece a densidade democrática da comunidade educativa (Freire, 1996; Berbel, 2011).

No que tange à inclusão, os resultados reforçam a necessidade de a escola se adaptar ao aluno, combatendo a visão capacitista que individualiza a deficiência (Brasil, 2012). A discussão indica que o uso de tecnologias e estratégias diferenciadas de ensino (ensinar de formas diferentes para pessoas diferentes) permite otimizar o tempo em sala de aula para interações significativas (Barseghian, 2011). Isso reduz a sensação de desconexão entre o saber escolar e a realidade vivida, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou alvo de preconceitos de gênero e orientação sexual.

Por fim, os dados discutidos confirmam que a escola se tornou uma arena de "guerra cultural", sofrendo ataques externos que visam cercear a liberdade docente e o debate sobre direitos humanos (Aquino et al., 2025). A resposta a esses desafios, contudo, não reside no isolamento, mas na construção de redes de segurança

coletiva. A discussão conclui que descolonizar a gestão e democratizar o "chão da escola" são ações urgentes para que a instituição cumpra seu papel de formar sujeitos capazes de questionar injustiças e assegurar a reexistência de todas as vidas (Arroyo, 2023; Hooks, 2022).

CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida neste artigo permitiu concluir que o enfrentamento às violências e à exclusão no ambiente escolar exige mais do que reformas paliativas ou punições isoladas; requer uma mudança estrutural na práxis pedagógica e na gestão educacional. Ao descolonizar a gestão e democratizar o "chão da escola", a instituição reafirma seu compromisso com a dignidade humana e com a proteção das vidas que a habitam, transformando-se de um espaço de reprodução de desigualdades em um território de reexistência e esperança (Arroyo, 2023; Hooks, 2022).

Os resultados demonstram que a adoção de metodologias ativas, aliada a uma perspectiva interseccional, é fundamental para combater o capacitismo, o racismo e as disparidades de gênero e classe. Essas estratégias não apenas favorecem a autonomia do educando, mas também promovem um sentimento de pertencimento essencial para a retenção escolar e para a construção de uma "excelência" verdadeiramente democrática. A inovação, portanto, deve ser compreendida como a capacidade da escola de se adaptar à pluralidade de seus sujeitos, garantindo que o conhecimento seja uma ferramenta de leitura crítica e transformação da realidade social (Freire, 1996; Lima, 2014).

Por fim, ressalta-se que a defesa da escola pública como um espaço de liberdade

e diversidade é uma tarefa coletiva e urgente diante das atuais ofensivas ideológicas. A articulação entre educadores, gestores, estudantes e a comunidade é a rede de segurança necessária para resistir às violências contra a autonomia pedagógica. Espera-se que as evidências e reflexões aqui apresentadas fundamentem políticas públicas eficazes e práticas de gestão sustentável, consolidando a educação democrática como um valor universal e inalienável para a construção de um futuro mais justo e igualitário (Coutinho, 1979; Salgado e Moraes, 2025).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apple, M. W. (1989). Educação e poder. Artes Médicas.
- Aquino, R., Moura, F., Neves, L., & Penna, F. (2025). Módulo 2. Violência contra a escola: Ameaças à educação democrática no Brasil. Na educação democrática e no enfrentamento às violências. Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es, UFF.
- Arroyo, M. G. (2019). Vidas ameaçadas: Exigências-respostas éticas da educação e da docência. Vozes.
- Arroyo, M. G. (2023). Vidas reexistentes: Reafirmando sua outra humanidade na história. Vozes.
- Barseghian, T. (2011). Three trends that define the future of teaching and learning. MindShift. <http://blogs.kqed.org/mindshift/2011/02/three-trends-thatdefine-the-future-of-teaching-and-learning/>
- Berbel, N. A. N. (2011). As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, 32(1), 25–40.

Baseada na plataforma OJS. **Licença Creative Commons BY 4.0**
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª ed, Vol. 1, No. 12, setembro, 2026, Plataforma OJS
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/16>
albasific@gmail.com; alba@isfic.ac.mz